



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

DISPOSIÇÃO DOS RECURSOS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE ENSINO: UM ESTUDO DE CASO NAS INSTITUIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL

Carlos Stefan Simionovski - IFRS
Carla Margarete Buchele - UFSC
Gabriel Moraes Herling - UFSC
Luiz Henrique Debei Herling - UFSC
Marcus Vinicius Andrade De Lima - UFSC
Rosângela Terezinha Emerim Moreira - UFSC

Resumo

Nos últimos 30 anos significativas modificações ocorreram na sociedade e na administração pública do Brasil. Ao mesmo tempo novas leis são aprovadas de forma que as instituições públicas deem uma resposta à sociedade no que diz respeito a eficiência, competitividade e eficácia..No final de 2008 é criada a rede federal de ensino composta pelos Institutos Federais. Nesse sentido o objetivo deste artigo é demonstrar como estão dispostos os recursos nos Institutos Federais no Rio Grande do Sul. Trata-se ainda de uma pesquisa descritiva que se utiliza de dados quantitativos em sua maioria. Através da análise de gráficos gerados a partir das leis orçamentárias federais de 2010, 2011, 2012 e 2013 concluímos que há diferenças de gestão nas três instituições. O Instituto Federal do Rio Grande do Sul optou por paralelamente expandir seu quadro de servidores e ampliar suas instalações. O Instituto Federal Sul-rio-grandense optou por organizar seu quadro de servidores e realizar a sua expansão nos anos seguintes. Por fim o Instituto Federal Farroupilha trabalhou com quadro reduzido de servidores e sem grandes expansões físicas em ambos os quesitos.

Palavras-chave: Instituto Federal, rede federal, recursos, crescimento sustentável.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1. INTRODUÇÃO

A partir do final da década de 80 a administração pública em todas as suas esferas têm passado por grandes modificações. Incorporar práticas e pensamentos típicos do praticado na iniciativa privada tem como uma das características desse período que vivemos. Além disso, as mudanças sociais e tecnológicas ocorridas exigem novas respostas frente ao desafio de criar uma sociedade mais justa e igualitária.

A partir da Constituição de 1988 surgem novas condicionantes quanto a maneira que o erário utiliza seus recursos advindos dos tributos. Valores como eficiência, competitividade, eficácia norteiam e são exigidos das instituições para dar uma nova resposta à sociedade. Nesse contexto é aprovada a lei complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 a qual estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Inserido nesse ambiente este artigo busca fazer uma análise imparcial de como estão divididos os recursos nos três Institutos Federais no Rio Grande do Sul nominados como Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal Sul-rio-grandense e Instituto Federal Farroupilha. Comparando os dados levantados nas leis orçamentárias anuais dos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 descreveremos os dados em gráficos por instituição e os compararemos cruzando os seus resultados.

Sabe-se da importância dos investimentos nestas instituições e incentivos cada vez maiores por parte dos governos para sua expansão e conseqüente auxílio na formação de profissionais, qualificando ainda mais os trabalhadores no contexto nacional.

A pesquisa busca responder como estão distribuídos estes orçamentos e de que forma eles tendem a evoluir, fazendo uma comparação entre os institutos e os períodos adotados a fim de analisar sua forma e volume, identificando possíveis fragilidades e potencialidades do processo, tanto executivo quanto orçamentário.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Origens dos Institutos Federais

A educação é a base de desenvolvimento e crescimento de uma nação. Acreditando nisso em dezembro de 1996 o presidente da república sanciona a lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação no Brasil. Em seu artigo primeiro ela diz: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (lei 9.394/96). Dessa forma ela deve estar ligada diretamente ao mundo do trabalho bem como a prática social. Além de ser um dever compartilhado entre Estado e a família, a educação deve estar alicerçada em princípios como o de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Por fim ela tem como finalidade desenvolver de forma plena o educando, prepará-lo para o exercício da cidadania bem como sua qualificação para o trabalho.

Em seu artigo terceiro a lei 9.394 dispõe: “O ensino público deve transcorrer com base nos seguintes princípios:



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

- igualdad de condições para o acesso e permanência na escola;
- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- valorização do profissional da educação escolar;
- gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- garantia de padrão de qualidade;
- valorização da experiência extra-escolar;
- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.” (lei 9.394/96)

Com esses princípios norteadores é desenvolvida e surge o que hoje conhecemos como a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

No entanto suas origens nos levam ao ano de 1909 quando 19 escolas de aprendizes artífices são criadas através de um decreto presidencial assinado pelo então presidente da república Nilo Peçanha. Foram subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, até 1930 quando passam para a supervisão do recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Menos de uma década depois se transformam nos liceus industriais. Em 1942 o ensino profissional passa a ser considerado ensino de nível médio. No ano seguinte, os liceus trocam novamente de nome passam a se chamar escolas industriais e técnicas. Somente no ano de 1959 são consideradas escolas técnicas federais e tornam-se autarquias. Paralelamente a esse período é criada uma rede de escolas agrícolas chamada de Escolas Agrotécnicas Federais. Vinculadas ao Ministério da Agricultura tem como modelo as escolas-fazenda. No ano de 1967 trocam de nomenclatura para se tornarem escolas agrícolas e migrarem para o Ministério da Educação e Cultura. No ano de 1978 as escolas federais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná são equiparadas aos centros universitários no que diz respeito ao âmbito do ensino superior. Sendo assim são transformadas em centros federais de educação tecnológica atualmente conhecidas como Cefet. No decorrer dos anos 90 mais escolas técnicas e agrotécnicas federais tornam-se Cefet vindo a formar a estrutura do sistema nacional de educação tecnológica.. No final da década de 90, o governo federal transfere para a iniciativa privada e aos estados a responsabilidade de ofertar cursos técnicos. Aos Cefets cabe o ensino médio regular e cursos de nível superior. Somente após a troca de governo em 2003 as políticas federais para a educação profissional e tecnológica são alteradas.

Em 2005 a rede federal contava com 144 unidades. Para o ano de 2010 a projeção de expansão da rede era para 366 unidades. Isso ocasionou uma necessária discussão da maneira pela qual essas instituições se organizariam bem como sua função social no desenvolvimento do Brasil.

2.2 Concepções dos Institutos Federais e suas Diretrizes



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

O resultado prático desses debates foi a da lei 11.892 sancionada em 29 de dezembro de 2008. Ela institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação Ciência e tecnologia. Vinculados ao Ministério da Educação esse novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica é estruturado a partir dos centros federais de educação tecnológica, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais.

Os Institutos Federais têm como finalidade oferecer à população uma educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades. Dar ênfase no desenvolvimento local, regional e nacional formando e qualificando os cidadãos para atuarem em diversos setores da economia. Eles devem não somente se constituir em centros de excelências na oferta de ensino mas também promover a verticalização do ensino com uma infraestrutura física enxuta, um quadro pessoal e seus recursos de gestão otimizados.

Hoje a rede federal soma mais de 430 unidades espalhadas pelo país e com uma projeção de mais de 560 unidades para o final de 2014. Hoje, desse total existente, 27 unidades somente no estado do Rio Grande do Sul e outras 9 unidades em fase de construção.

2.3 PPA, LDO e LOA

A gestão orçamentária pode ser dividida historicamente em três grandes momentos. O primeiro, data do século XIII, num regime monárquico em uma sociedade não capitalista. Caracterizava-se pelo controle dos gastos exercido pelo parlamento evitando assim que o monarca centralizasse o poder decisório sobre os gastos. Era a sociedade demonstrando o desejo de controle político sobre o poder institucional. O segundo momento ocorre numa sociedade capitalista sob regimes republicanos locados nos séculos XIX-XX. O orçamento é transformado em uma ferramenta gerencial. Seu apogeu encontra-se no período pós-segunda grande guerra onde à técnica de orçamentação por programa e desempenho foi criada e aplicada pelos países ocidentais.

O terceiro e último grande momento é o que vivemos desde o final do século XX. Formado por países desenvolvidos e subdesenvolvidos, é caracterizado basicamente pela busca do equilíbrio fiscal, com os limites e desequilíbrios impostos por seus orçamentos públicos visando às possibilidades de crescimento econômico e ao bem estar social. Isso tudo sem esquecer-se das exigências impostas por um capitalismo globalizado e dinâmico que disponibiliza toda uma tecnologia de controle e manipulação de dados orçamentários.

Nesse contexto é criado no Brasil o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O Plano plurianual é desenvolvido inicialmente pelo poder executivo para em seguida ser apreciado e votado pelo poder legislativo. Como o próprio nome diz é plurianual e por isso sua execução compreende 4 anos sendo 3 anos do mandato do atual presidente e 1 ano do próximo eleito. Dessa forma o executivo possui após sua eleição tempo hábil para a formulação de seu plano plurianual. Já a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) busca estabelecer as metas e as prioridades do governo em cada exercício. Ela também estipula as regras que devem ser observadas tanto na elaboração como na execução do orçamento anual. Essa lei também é elaborada pelo poder



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

executivo e enviada para o poder legislativo a fim de ser apreciada e votada. Por fim, dadas as metas criadas no PPA e as orientações estabelecidas na LDO é elaborado a lei orçamentária anual. Assim como as demais leis ela é desenvolvida pelo poder executivo e enviada para o poder legislativo para apreciação e votação. Tem como finalidade estimar receitas do ano seguinte e fixar os gastos realizados com esses recursos. Ela basicamente é uma autorização de gastos sem haver uma obrigatoriedade de ser realizado. Esses gastos ainda são divididos em dois grupos de despesas. O primeiro que são os gastos obrigatórios são formados por obrigações constitucionais ou legais. O segundo grupo são os gastos discricionários ou não obrigatórios. Ele é formado por gastos que o governo opta pela sua execução ou não. Dessa forma podemos concluir que um orçamento é mais rígido se possuir proporcionalmente mais recursos destinados aos gastos obrigatórios. Ele é mais flexível se houver mais recursos destinados aos gastos discricionários.

Dentro da LOA há vários tipos de classificação segundo a natureza da despesa. Há quatro critérios que são por categoria econômica, por grupo de natureza de despesa (GND), por modalidade de aplicação e elemento de despesa. O GND é uma classificação que visa juntar os gastos quanto a sua finalidade. Dessa forma o GND se subdivide em seis grupos:

- GND 1 – Pessoal e encargos sociais: despesas com o pagamento do funcionalismo público ativos e inativos;
- GND 2 - Juros e encargos da dívida: despesas com o pagamento de juros, comissões e encargos da dívida pública interna e externa;
- GND 3 - Outras despesas correntes: despesas não classificadas nas demais categorias, voltadas sobretudo para o funcionamento dos órgãos e a prestação de serviços públicos;
- GND 4 - Investimentos: despesas com o planejamento e a execução de obras, bem como a aquisição de bens imóveis, instalações, equipamentos e material permanente;
- GND 5 - Inversões financeiras: despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização, aquisição de títulos ou aumento do capital de empresas; concessão de empréstimos e aquisição de bens para revenda (estoques reguladores);
- GND 6 - Amortização da dívida: despesas com o pagamento ou refinanciamento do principal da dívida pública e sua atualização monetária ou cambial.

2.4 Orçamento empresarial

Orçamento basicamente é um planejamento financeiro para ser colocado em prática num determinado período de execução. Diretamente ligado ao planejamento de uma gestão, o orçamento expõe as receitas e as despesas de um indivíduo, governo ou empresa.

Para Femenick “Os orçamentos devem ser um sistema global; devem ser planos e políticas que expressam formalmente o que se deseja em termos de resultados financeiros. Com eles a administração tem o conhecimento das receitas, custos e resultados projetados, podendo assim tomar as devidas decisões para que os objetivos sejam alcançados. Após aprovado, o orçamento deve ser bancado por toda administração da empresa, que deve considerá-lo um instrumento para melhor administrar, para obter melhores resultados, e não como um mero dispositivo burocrático ou contábil.” Dessa forma um orçamento empresarial



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

deve considerar não apenas o histórico ou resultados passados mas também se ater em previsões e objetivos futuros buscando o desenvolvimento e crescimento da empresa.

2.5 Crescimento sustentável

O crescimento sustentável, como podemos ver na imagem abaixo, é a relação de três esferas distintas que são a sustentabilidade sociopolítica, a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade econômica. A definição mais utilizada é a do Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criado em 1983 pela assembleia das Nações Unidas:

“O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.” (Relatório Brundtland)

Reduzir os custos com a eliminação de desperdícios, desenvolver tecnologias limpas e baratas, reciclar insumos não são apenas princípios de gestão ambiental, mas condição de sobrevivência empresarial (AFESBJ 2, 2002) Assim podemos considerar que a sustentabilidade econômica visa satisfazer necessidades não apenas ligada ao lucro de capital imediato mas também levando em consideração conceitos e preocupações sociais e ambientais. Dessa forma o lucro



Imagem 1- Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: dados secundários

é mensurado pelo que é gerado e pela possibilidade da correta e continua utilização das matérias prima e dos recursos humanos sem esgotá-los. Isso possibilita que gerações futuras usufruam dos mesmos recursos naturais e energéticos garantindo assim uma exploração sustentável.

Nesse contexto podemos afirmar que a criação de um novo ambiente econômico e institucional é essencial para assegurar o crescimento sustentável. Para podermos investir em programas de inclusão social e redução da pobreza deve-se também ter um controle das despesas. Para se alcançar esse equilíbrio se exige muito além da economia. Políticas e agendas que sustentem uma reforma institucional que gere esse desenvolvimento é essencial.

Para Mantega “O modelo de desenvolvimento em curso está sendo constituído por um Estado mais empreendedor e que pratica o bem-estar social. O lançamento do PAC



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

organizou e coordenou grandes projetos públicos e privados de infraestrutura. Estamos implantando um Estado desenvolvimentista, modernizador e planejador, que leva à redução da pobreza e da desigualdade.” (BRASIL, economia sustentável).

Um dos mecanismos que contribuiu para iniciarmos projetos voltados a sustentabilidade econômica foi a aprovação da Lei complementar 101. Aprovada em 4 de maio de 2000 estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal. Em seu artigo 19 ela cria limites para a despesa com pessoal em cada período orçamentário. Referindo-se a União os percentuais da receita corrente líquida não pode exceder a 50%. Limitando os gastos do governo e criando planejamentos de orçamentos abriu-se a possibilidade da inclusão da sustentabilidade como um todo nas políticas governamentais.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo se divide em três itens. O primeiro é o enquadramento metodológico. O segundo trata do processo de seleção do referencial teórico. Por fim o terceiro apresenta o método que foi adotado para analisarmos os dados.

O enquadramento metodológico para esse trabalho é um estudo de caso caracterizado como pesquisa descritiva. Possui caráter predominantemente quantitativo pois trabalha com estatística descritiva como descreve Zanella (2009). A base dos dados será extraída das Leis orçamentárias anuais no intervalo temporal compreendido da criação dos institutos federais até a presente data. Os dados serão levantados e tratados em planilha eletrônica de forma a gerar gráficos em valores monetários e percentuais. Isso possibilitará uma comparação entre os valores absolutos e relativos de cada instituto, entre os institutos bem como a sua análise temporal.

No que tange o processo de seleção de referencial teórico buscamos pesquisar periódicos em portais como CAPES e SciELO. Utilizamos palavras-chaves com os termos “orçamento público”, “orçamento empresarial”, “crescimento sustentável” e “economia sustentável”. Foram utilizados para a pesquisa os sítios dos três institutos federais em estudados, o portal do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão onde consta as LOAs de 2010 a 2013 e o portal do planalto do governo federal onde consta as leis citadas.

Por fim o método utilizado para analisarmos os dados foi a criação de gráficos percentuais. Utilizamos os dados das LOAs referentes a pessoal e encargos sociais(GND1), outras despesas correntes(GND3) e investimentos (GND4).

Para uma correta avaliação buscando atingir os objetivos dessa pesquisa enfatizaremos os dados gerados de forma percentual levando assim a uma equidade de valores e comparando com as metas orçamentárias federais, políticas do governo federal e sustentabilidade econômica.

Dessa forma o estudo está disposto da seguinte forma: Seção 1 com abordagem introdutória do estudo; seção 2 – fundamentação teórica – busca descrever o surgimento dessas instituições e suas diretrizes básicas e suas particularidades; descrever o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual e os grupos de natureza de despesa; considerações sobre orçamento empresarial e crescimento sustentável. Em seguida –



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

seção 3 – apresentaremos o enquadramento metodológico da pesquisa, os procedimentos adotados para a seleção do referencial teórico e por fim a análise dos dados obtidos. Na seção 4 apresentaremos as três instituições pesquisadas e os resultados da análise. Por fim a seção 5 tem por finalidade desenvolver as considerações finais sobre o respectivo estudo. Relataremos as conclusões resultantes da análise de como se dispõe os recursos no orçamento anual de cada Instituto Federal no estado do Rio Grande do Sul.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção buscamos descrever o estudo de caso desenvolvido no trabalho. Para tanto buscamos dividir a seção em dois itens. No primeiro item, o 4.1, apresentaremos as três instituições que foram utilizadas como objeto de pesquisa do presente estudo. No item 4.2 apresentaremos o método estatístico proposto bem como uma análise dos dados obtidos a partir dos gráficos resultantes.

4.1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

O IFRS foi criado pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, junto com outros 37 institutos federais. Ele surgiu a partir da integração das seguintes instituições que foram transformadas, respectivamente, em Câmpus Bento Gonçalves, Câmpus Canoas, Câmpus Porto Alegre Câmpus Rio Grande e Câmpus Sertão:

- Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves;
- Escola Técnica Federal de Canoas;
- Escola Técnica, até então vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, vinculado à Universidade de Rio Grande;
- Escola Agrotécnica Federal de Sertão.

Em 2009 o Câmpus Erechim iniciou as atividades letivas e em 2010 foram inaugurados os Câmpus Caxias do Sul, Osório e Restinga, em sedes provisórias. Também compõem a estrutura do IFRS as unidades que foram federalizadas nas seguintes cidades e que levam o nome de câmpus:

- Farroupilha;
- Feliz;
- Ibirubá.

Assim, hoje o IFRS é constituído de 12 câmpus sendo eles:





XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

- Bento Gonçalves;
- Canoas;
- Caxias do Sul;
- Erechim;
- Farroupilha;
- Feliz;
- Ibirubá;
- Osório;
- Porto Alegre;
- Restinga;
- Rio Grande;
- Sertão.

Imagem 2- Mapa Rio Grande do Sul (Bento Gonçalves)
Fonte: dados secundários

Com o plano de expansão da rede federal foram previstos mais quatro Câmpus para o Instituto localizados nas cidades de: Alvorada, Rolante, Vacaria e Viamão.(adaptado de <http://www.ifrs.edu.br/site/>)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense carrega em seu DNA uma trajetória de quase um século, cuja história começou a ser escrita no início do século XX, através de ações da diretoria da Bibliotheca Pública Pelotense que, em 7 de julho de 1917 - data do aniversário da cidade de Pelotas - sediou a assembleia de fundação da Escola de Artes e Ofícios. Esta escola se caracterizava por ser uma sociedade civil, cujo objetivo era oferecer educação profissional para meninos pobres. O prédio foi construído, mediante doações da comunidade, em terreno doado pela Intendência Municipal.

As aulas tiveram início em 1930, quando o município assumiu a Escola de Artes e Ofícios e instituiu a Escola Technico Profissional que, posteriormente, passou a denominar-se Instituto Profissional Técnico, cujos cursos compreendiam grupos de ofícios divididos em seções: Madeira, Metal, Artes Construtivas e Decorativas, Trabalho de couro e Eletro-Chimica. João Py Crespo, intendente Municipal que viabilizou o funcionamento da Escola, doou seus vencimentos para esse fim, exemplo



Imagem 3- Mapa Rio Grande do Sul (Pelotas)
Fonte: dados secundários



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

que foi seguido pelo primeiro diretor, Sylvio Barbedo e pelo primeiro grupo de professores.

O Instituto Profissional Técnico funcionou por uma década, sendo extinto em 25 de maio de 1940, e seu prédio demolido para a construção da Escola Técnica de Pelotas.

Em 1942, através do Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, subscrito pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro da Educação Gustavo Capanena, foi criada a Escola Técnica de Pelotas – ETP –, a primeira e única Instituição do gênero no estado do Rio Grande do Sul. O engenheiro pelotense Luiz Simões Lopes foi o responsável pela vinda da Escola para o município, através de sua intercessão pessoal junto ao Ministério da Educação e ao Presidente da República.

A ETP, inaugurada em 11 de outubro de 1943, com a presença do presidente Getúlio Vargas, começou suas atividades letivas em 1945, com cursos de curta duração (ciclos). Neste primeiro ciclo do ensino industrial, os cursos estabelecidos foram de Forja, Serralheria, Fundição, Mecânica de Automóveis, Máquinas e Instalações Elétricas, Aparelhos Elétricos, Telecomunicações, Carpintaria, Artes do Couro, Marcenaria, Alfaiataria, Tipografia e Encadernação.

A partir de 1953, foi oferecido o segundo ciclo da educação profissional, quando foi criado o primeiro curso técnico - Construção de Máquinas e Motores.

Em 1959, a ETP é caracterizada como autarquia Federal e, em 1965, passa a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas, adotando a sigla ETFPEL.

Com um papel social muito forte e reconhecidamente destacado na formação de técnicos industriais, a ETFPEL tornou-se uma Instituição especializada e referência na oferta de educação profissional de nível médio, formando grande número de alunos nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial.

Em 1996, no dia 26 de fevereiro, foi colocada em funcionamento a sua primeira Unidade de Ensino Descentralizada – UNED, na cidade de Sapucaia do Sul.

Em 1998, a Escola Técnica Federal de Pelotas começa a efetivar sua atuação no nível superior de ensino, tendo obtido autorização ministerial, após parecer favorável do Conselho Nacional de Educação, para implantação de Programa Especial de Formação Pedagógica, destinado à habilitação de professores da educação profissional.

Em 1999, através de Decreto Presidencial, efetivou-se a transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS, o que possibilitou a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos.

Em 13 de outubro de 2006, foi inaugurada a Unidade de Ensino de Charqueadas e, em 27 de novembro 2007, a Unidade de Ensino de Passo Fundo.

Em 29 de dezembro de 2008, foi criado, a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, com sede e foro na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei nº 11.892, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense é formado por 12 campi:

- câmpus Pelotas (1943),



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

- câmpus Pelotas - Visconde da Graça (1923),
- câmpus Sapucaia do Sul (1996),
- câmpus Charqueadas (2006),
- câmpus Passo Fundo (2007),
- câmpus Camaquã (2010),
- câmpus Venâncio Aires (2010),
- câmpus Bagé (2010),
- câmpus avançado Santana do Livramento (2010),
- câmpus Gravataí (em implantação),
- câmpus Lajeado (em implantação) e
- câmpus Sapiranga (em implantação).
- câmpus Jaguarão

(adaptado de <http://www.ifsul.edu.br/>)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

Foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, utilizando-se da infraestrutura já existente da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da fusão e transformação do Centro Federal Tecnológico de São Vicente do Sul, Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos e Unidade Descentralizada de Santo Augusto em uma nova instituição federal de ensino. O Instituto Federal Farroupilha/RS possui os seguintes domicílios:

- Reitoria - Santa Maria
- câmpus Alegrete
- câmpus Jaguari
- câmpus Panambi
- câmpus Júlio de

Castilhos

- câmpus Santa Rosa
- câmpus Santo Augusto
- câmpus São Borja
- câmpus São Vicente do Sul

(adaptado de <http://www.iffarroupilha.edu.br/site/>)



Imagem 4- Mapa Rio Grande do Sul (Santa Maria)

Fonte: dados secundários



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

4.2 Análise dos orçamentos dos Institutos Federais no Rio Grande do Sul

Inicialmente montamos uma planilha eletrônica coletando os valores orçamentários de cada instituição no período de 2010 a 2013. De cada ano obtivemos os valores parciais referentes a pessoal e encargos sociais(GND1), outras despesas correntes(GND3) e investimentos (GND4) e por fim o orçamento total de cada ano-exercício e para cada instituição. Por fim criamos um valor percentual que demonstra a variação orçamentária de um ano-exercício para o outro de cada instituição.

Coletados os dados, criamos os valores percentuais de cada de cada grupo de natureza de despesa em relação a seu total. Essa relação foi desenvolvida par todos os



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

| LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | |
|---|--------------------------|----------------|---------------------------|----------------|---------------------------|----------------|-----------------------------------|
| Unidade:26419 Instituto Federal do Rio Grande do Sul | | | | | | | |
| | 2010 | | 2011 | | 2012 | | 2013(PLOA) |
| Pessoal e Encargos Sociais: | R\$ 34.870.520,00 | 45,51% | R\$ 48.396.952,00 | 42,36% | R\$ 91.529.762,00 | 58,04% | R\$ 102.599.501,00 54,51% |
| Outras Dispesas Correntes: | R\$ 17.311.725,00 | 22,59% | R\$ 29.479.947,00 | 25,80% | R\$ 42.683.200,00 | 27,07% | R\$ 46.944.914,00 24,94% |
| Investimentos: | R\$ 24.443.622,00 | 31,90% | R\$ 36.371.899,00 | 31,84% | R\$ 23.475.165,00 | 14,89% | R\$ 38.691.345,00 20,55% |
| Total de recursos: | R\$ 76.625.867,00 | 100,00% | R\$ 114.248.798,00 | 100,00% | R\$ 157.688.127,00 | 100,00% | R\$ 188.235.760,00 100,00% |
| Aumento Anual de Receita: | | | 49,10% | | 38,02% | | 19,37% |

| Unidade:26420 Instituto Federal Farroupilha | | | | | | | |
|---|--------------------------|----------------|--------------------------|----------------|---------------------------|----------------|-----------------------------------|
| | 2010 | | 2011 | | 2012 | | 2013(PLOA) |
| Pessoal e Encargos Sociais: | R\$ 24.990.435,00 | 43,97% | R\$ 40.297.168,00 | 51,50% | R\$ 58.888.619,00 | 58,40% | R\$ 67.024.499,00 56,47% |
| Outras Dispesas Correntes: | R\$ 19.439.581,00 | 34,20% | R\$ 23.915.570,00 | 30,57% | R\$ 30.038.047,00 | 29,79% | R\$ 37.647.396,00 31,72% |
| Investimentos: | R\$ 12.404.725,00 | 21,83% | R\$ 14.029.890,00 | 17,93% | R\$ 11.914.458,00 | 11,82% | R\$ 14.016.744,00 11,81% |
| Total de recursos: | R\$ 56.834.741,00 | 100,00% | R\$ 78.242.628,00 | 100,00% | R\$ 100.841.124,00 | 100,00% | R\$ 118.688.639,00 100,00% |
| Aumento Anual de Receita: | | | 37,67% | | 28,88% | | 17,70% |

| Unidade:26436 Instituto Federal Sul-rio-grandense | | | | | | | |
|---|---------------------------|----------------|---------------------------|----------------|---------------------------|----------------|-----------------------------------|
| | 2010 | | 2011 | | 2012 | | 2013(PLOA) |
| Pessoal e Encargos Sociais: | R\$ 73.961.196,00 | 69,69% | R\$ 84.225.519,00 | 58,87% | R\$ 124.970.476,00 | 65,35% | R\$ 133.832.348,00 62,22% |
| Outras Dispesas Correntes: | R\$ 21.260.072,00 | 20,03% | R\$ 37.350.377,00 | 26,11% | R\$ 47.227.143,00 | 24,70% | R\$ 53.452.798,00 24,85% |
| Investimentos: | R\$ 10.907.237,00 | 10,28% | R\$ 21.483.975,00 | 15,02% | R\$ 19.024.789,00 | 9,95% | R\$ 27.820.326,00 12,93% |
| Total de recursos: | R\$ 106.128.505,00 | 100,00% | R\$ 143.059.871,00 | 100,00% | R\$ 191.222.408,00 | 100,00% | R\$ 215.105.472,00 100,00% |
| Aumento Anual de Receita: | | | 34,80% | | 33,67% | | 12,49% |

Obs.: esses valores não contemplam suplementos injetados pelo governo do decorrer de cada ano-exercício.

Tabela 1- Lei Orçamentária anual dos Institutos Federais do Rio Grande do Sul

Fonte: dados secundários

Sobre essa coleta é importante salientar que a LOA 2013 fora aprovada na data de 04 de abril de 2013. Contudo até a data de 14 de abril não estavam disponibilizados no sítio do governo federal os volumes referentes aos recursos destinados para cada instituição. Dessa forma optamos por utilizar em nossa análise os dados que constam no Projeto de Lei - PLOA 2013. Além disso, devemos esclarecer que apesar dos Institutos federais terem sido criados no final do ano de 2008 somente em 2009 essas instituições foram realmente unificadas. Ficou então para o ano de 2010 o seu primeiro orçamento único por instituição. Até 2009 esse orçamento era locado para cada Cefet ou escola federal. Findo o desenvolvimento da planilha eletrônica nos propusemos a montar os gráficos relacionando as três instituições gaúchas. A primeira relação diz respeito aos recursos destinados para pessoal e encargos sociais (GND1) evidenciado nos dois gráficos abaixo.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

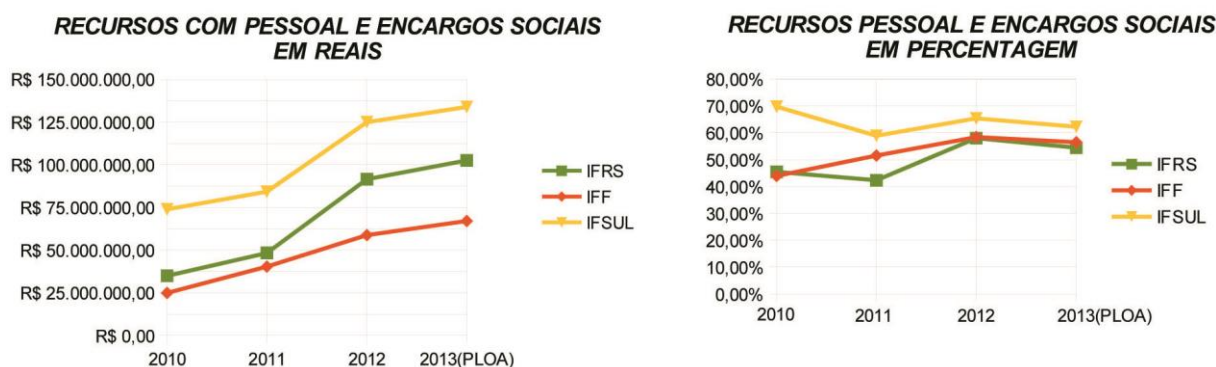


Gráfico 1- Recursos com pessoal e encargos sociais (em reais e em percentagem)
Fonte: dados secundários

É interessante percebermos que enquanto o gráfico que mostra valores em reais expressa um crescimento desses recursos o gráfico em percentual disponibiliza uma interpretação verdadeira da situação. Isso porque todos os orçamentos têm crescido no decorrer desses anos mas o investimento em pessoal e encargos sociais se mantém praticamente constante salvo algumas pequenas oscilações. Desse gráfico podemos observar que a instituição que mais utiliza recursos para com o pessoal é o Instituto Federal Sul-rio-grandense e o que menos utiliza esses mesmo recursos é o Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

O segundo grupo de gráficos desenvolvido foi o que mostra a relação entre outras despesas correntes (GND3).

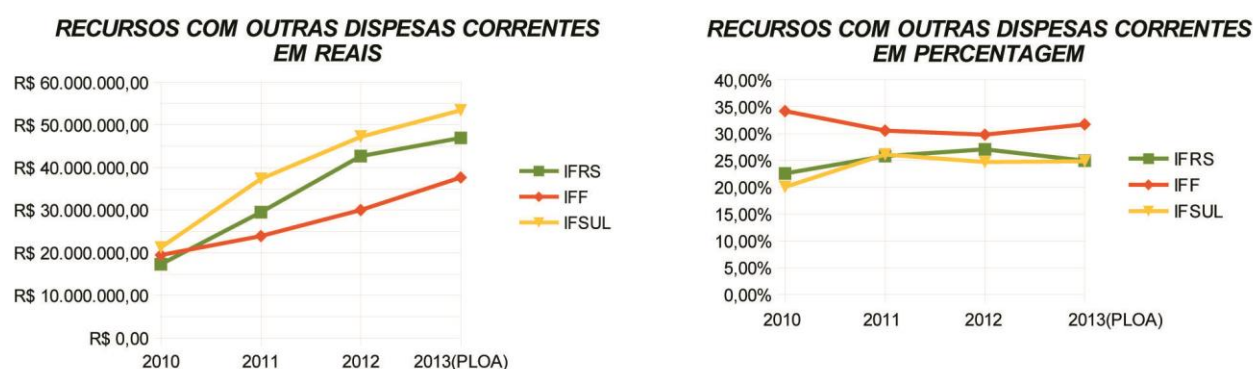


Gráfico 2- Recursos com outras despesas correntes (em reais e em percentagem)
Fonte: dados secundários

É importante observarmos que, assim como no primeiro grupo de gráficos, há pouca variação percentual de recursos destinados às despesas correntes no decorrer dos anos. Devemos destacar que dos três institutos o que mais loca recursos para essas despesas é o Instituto Federal Farroupilha. Os outros dois permanecem praticamente iguais salvo pequenas variações.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

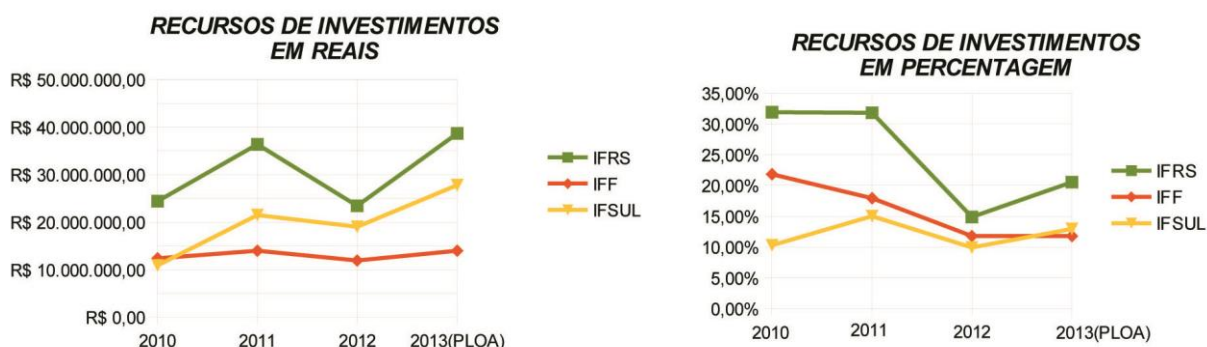


Gráfico 3- Recursos de Investimentos (em reais e em porcentagem)

Fonte: dados secundários.

O terceiro grupo de gráficos que nos propusemos a desenvolver trata da relação de investimentos (GND4) entre as três instituições.

Diferentemente dos gráficos até agora descritos percebe-se que há fortes variações tanto no gráfico em reais como o que expressa as porcentagens. É de fácil percepção que a instituição que mais loca recursos para investimentos é o Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Já o Instituto Federal Sul-rio-grandense deixou de ser destacadamente a instituição que menos loca recursos para investimentos e passa a assumir discretamente a segunda colocação. Por fim o Instituto Federal Farroupilha tem diminuído percentualmente seus investimentos mantendo o valor locado em reais constante no decorrer desses anos.

O quarto grupo de gráficos busca demonstrar o crescimento dos orçamentos das três instituições ao longo dos anos em reais e a real evolução desses valores percentualmente.

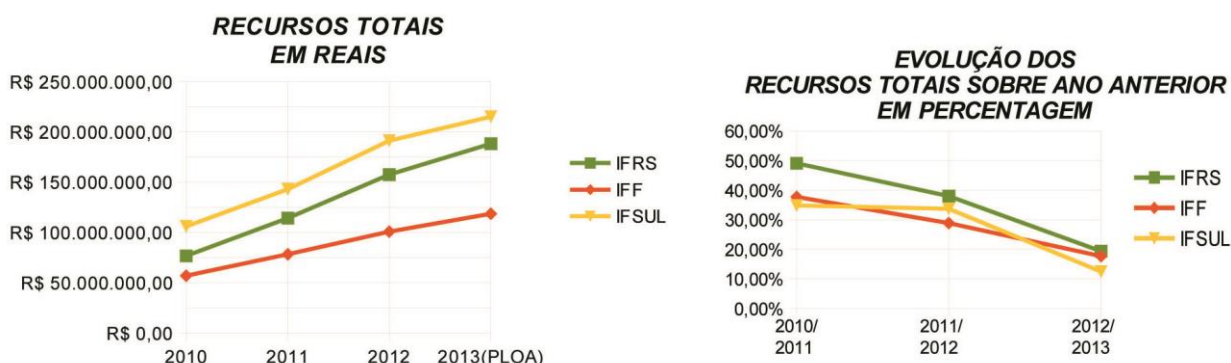


Gráfico 4- Recursos totais (em reais) e evolução dos recursos totais (em porcentagem)

Fonte: dados secundários

Apesar de visualizarmos um crescimento praticamente linear nas três instituições no período compreendido entre 2010 e 2013 constata-se que há uma forte tendência de diminuição desses constantes aumentos. Isso se evidencia quando analisamos o gráfico percentual. Nele vemos que há uma grande tendência de estabilização dos valores orçamentários num futuro próximo.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

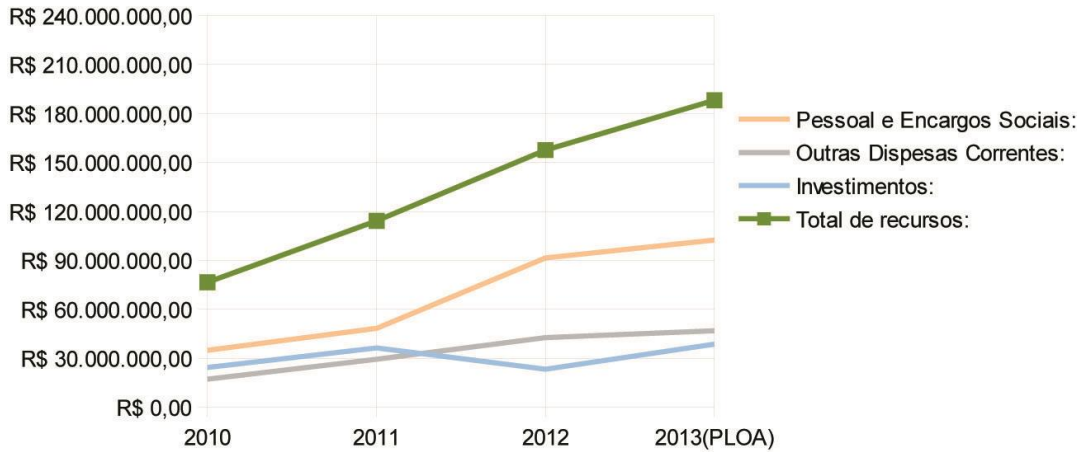
No quinto e último grupo de gráficos é mostrado cada instituição com o seu orçamento total e seus três grupos de natureza de despesa. Percebe-se que em todas as três instituições os valores locados com pessoal e encargos sociais é o mais considerável seguido por outras despesas correntes.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

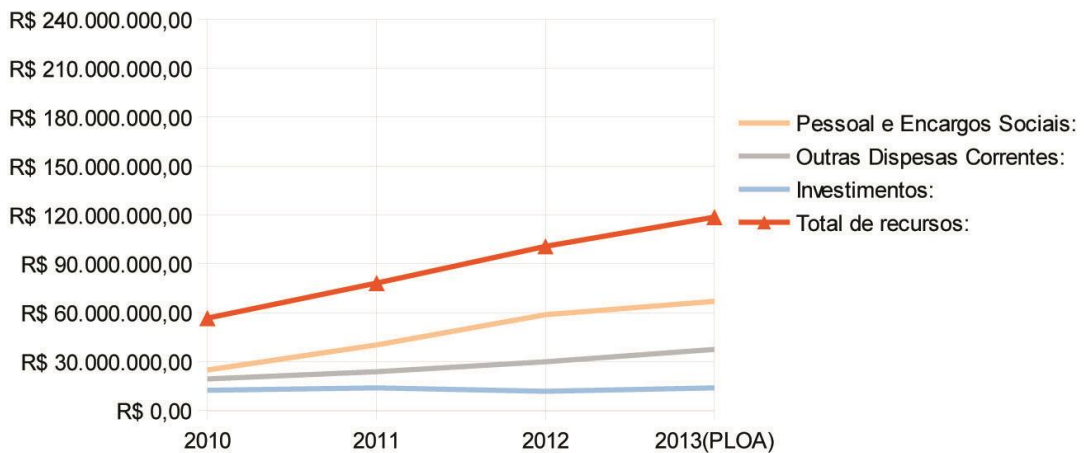
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS EM REAIS



INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS EM REAIS



INSTITUTO FEDERAL SUL RIO-GRANDENSE

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS EM REAIS

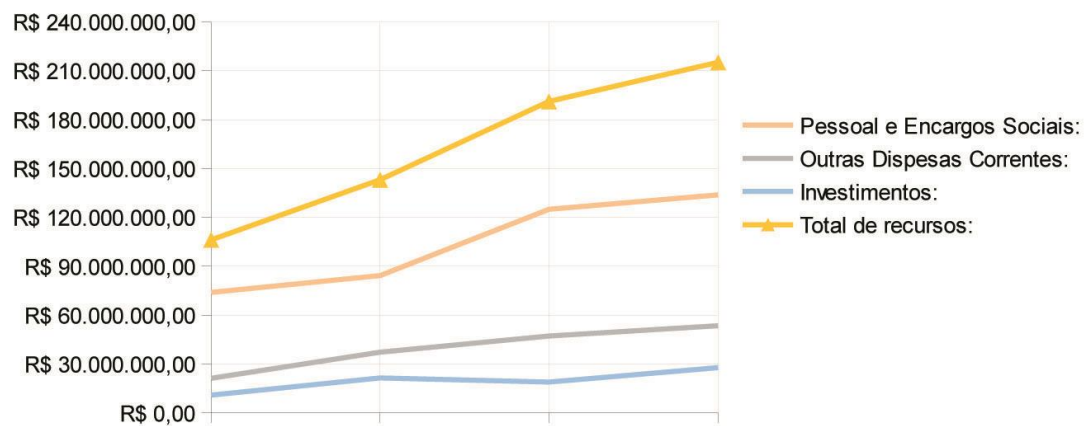


Gráfico 5- Evolução dos recursos em reais

Fonte: dados secundários



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

5. CONCLUSÕES

Considerando o proposto pela lei complementar 101 em limitar em 50% o gasto com pessoal na esfera da União podemos afirmar que tanto o Instituto Federal do Rio Grande do Sul como o Instituto Federal Farroupilha se aproximam muito dessa meta. Nos primeiros anos a cumprem para nos últimos dois anos ultrapassá-la em torno de 5 pontos percentuais. Já o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense em nenhum momento consegue atingir tal meta mas demonstra uma tendência de nos próximos orçamentos conseguir cumpri-la.

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul é das três instituições a que mais cresceu fisicamente desde a sua criação. Isso fica evidenciado pelo gráfico que relaciona os investimentos (GND4) e que se traduz na quantidade de novos câmpus criados desde a sua formação.

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul possui um orçamento mais flexível em relação aos outros dois institutos federais uma vez que seus recursos em investimentos são proporcionalmente maiores que os demais. Isso abre a possibilidade para que os gestores possam planejar suas ações de forma mais dinâmica e menos engessada que os outros dois institutos federais.

As três instituições possuem uma diminuição percentual constante de seus orçamentos como mostra o quarto bloco de gráficos. Percebe-se uma tendência de que para os próximos 2 ou 3 anos os orçamentos atinjam o seu teto. Esse período coincide com o fim do mandato presidencial, com o término do plano plurianual – PPA - e provavelmente com a expansão da rede federal. É importante destacar que esse planejamento demonstra um comprometimento do governo em não deixar obras pendentes para seu sucessor mas um ponto de partida solidificado para implantar novas políticas inerentes a um estado de bem estar social contemplando um crescimento economicamente sustentável. Característico de um orçamento empresarial o planejamento do governo fez desenvolver e crescer a rede federal respaldado num histórico de instituições mas voltado para objetivos futuros.

Por fim podemos afirmar que os gráficos demonstram diferenças claras de gestão das três instituições. A proposta de expansão do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense buscou inicialmente formar um corpo de servidores para que num segundo momento expandir fisicamente. O Instituto Federal do Rio Grande do Sul optou por investir em seu crescimento físico otimizando o quadro de servidores já desde a sua criação. Optou por um crescimento físico e de seu quadro de servidores concomitantemente. Por fim o Instituto Federal Farroupilha, a instituição com o menor número de câmpus e de recursos ficou num meio termo entre as outras duas gestões. Trabalhou com baixo número de servidores mas com poucos recursos alocados para investimentos.

REFERÊNCIAS

- AFESBJ, Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus - AFESBJ / FAE Business School e da Editora Gazeta do Povo - **Economia empresarial**. Curitiba, 64p. **Coleção gestão empresarial, 1**
- AFESBJ, Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus - AFESBJ / FAE Business



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

School e da Editora Gazeta do Povo - **Gestão empresarial**. Curitiba, 2002.70p. **Coleção gestão empresarial, 2**

AFESBJ, Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus - AFESBJ / FAE Business School e da Editora Gazeta do Povo - **Marketing**. Curitiba, 64p. **Coleção gestão empresarial, 3**

AFESBJ, Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus - AFESBJ / FAE Business School e da Editora Gazeta do Povo – **Finanças Empresariais**. Curitiba, 88p. **Coleção gestão empresarial, 4**

AFESBJ, Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus - AFESBJ / FAE Business School e da Editora Gazeta do Povo – **Capital Humano**. Curitiba, 72p. **Coleção gestão empresarial, 5**

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração** / Liane Carly Hermes Zanella.– Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES :UAB, 2009.

<http://www.ifsul.edu.br/> acesso em 07/04/2013

<http://www.iffarroupilha.edu.br/site/> acesso em 07/04/2013

<http://www.ifrs.edu.br/site/> acesso em 07/04/2013..

http://www.cm-amadora.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=42786 acesso em 14/04/2013

<http://www.un.org/geninfo/bp/intro.html> acesso em 14/04/2013

<http://www.tomislav.com.br/orcamento-empresarial-2/> acesso em 23/04/2013

BRASIL, Presidência da República, **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL, Presidência da República, **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL, Presidência da República, **Lei Complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências

BRASIL, Presidência da República, **Lei nº 12.214**, de 26 de janeiro de 2010. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

BRASIL, Presidência da República, **Lei nº 12.381**, de 9 de fevereiro de 2011. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

BRASIL, Presidência da República, **Lei nº 12.595**, de 19 de janeiro de 2012. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

BRASIL, Presidência da República, **Lei nº 12.798**, de 4 de abril de 2013. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.

BRASIL, Economia Sustentável. Uma publicação do Ministério da Fazenda. Outubro de 2008. Número 03

Maurício Vasconcellos Leão LYRIO, Verônica de Souza MELO, Maurício CODESSO, Luiz Henrique HERLING. Artigo. **Orçamento por desempenho: uma análise da relação entre desempenho e alocação de recursos em ações no orçamento de uma Instituição Federal de Ensino Superior**

PIRES, V. A. **Orçamento público: abordagem tecnopolítica** / Valdemir Pires. – São Paulo :



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2011.

COSTA, G. R. B. **O estado como empregador de última instância: uma abordagem a partir das finanças funcionais** / Guilherme da Rocha Bezerra Costa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010